

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

ATA DA 13ª REUNIÃO DA COLFAC (ALF/SPO)

**Comissão Local de Facilitação de Comércio na Alfândega da RFB em São Paulo
(Portaria Conjunta RFB/SDA/ANVISA nº 1.702, de 07 de novembro de 2018)**

Às dez horas e dez minutos do dia 10 de dezembro de 2020, pela plataforma virtual *Microsoft Teams* a partir da Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo (ALF/SPO), Av. Celso Garcia, nº 3580, Tatuapé, São Paulo/SP, foi realizada a 13ª Reunião da Comissão Local de Facilitação de Comércio – COLFAC, que contou com a presença de representantes da ALF/SPO, da ANVISA, do VIGIAGRO, da FIESP, da FecomercioSP, de despachantes aduaneiros, dos recintos alfandegados sob a jurisdição da ALF/SPO e de representantes de diversos intervenientes aduaneiros.

Participantes Efetivos:

Hector Kenzo H. Kitahara, auditor-fiscal da RFB, Delegado-Adjunto da ALF/SPO
Pedro Antônio de Andrade, auditor-fiscal da RFB, Chefe do SEDAD da ALF/SPO
Carina Mayumi Yamashita Oura, Representante da ANVISA
Hilder Carlos Noroes Rolim, Representante do VIGIAGRO

1. ABERTURA

O Sr. Delegado-Adjunto Hector Kenzo H. Kitahara, auditor-fiscal, estando à frente interinamente da Unidade após a saída da Sra. Delegada Karen Yonamine Fujimoto, cumprimentou todos os participantes e agradeceu-lhes o comparecimento na última reunião do ano da COLFAC da Alfândega de São Paulo (COLFAC – ALF/SPO), apontando sua realização, pela primeira vez, por intermédio do *Microsoft Team*, não mais pelo *Zoom*, e ressaltando-a como importante fórum de discussão sobre os assuntos de comércio exterior. Enumeraram-se os avanços promovidos pela Receita Federal do Brasil (RFB) durante o difícil transcurso de 2020, essencialmente devido à pandemia do novo coronavírus, tais como: a implantação do Sistema CONFERE, a simplificação do trânsito aduaneiro e a facilitação no tratamento dos regimes especiais.

Destacando como objetivos centrais do encontro a avaliação dos desafios e progressos do ano de 2020 nos processos de trabalho e a análise das perspectivas para o ano de 2021, acrescentou-se que a pandemia enfrentada globalmente impôs muitas mudanças nos padrões comportamentais e nos hábitos de consumo da população, com impactos, inclusive, na área de comércio exterior, a exemplo do comércio eletrônico transfronteiriço. Quanto ao próximo ano, frisou-se que é imprescindível o entendimento dos possíveis cenários, frente a tantas incertezas, para que todos os intervenientes e agentes do comércio exterior estejam o mais preparados possível. O Sr. Delegado-Adjunto, por fim, comunicou aos participantes que a escolha para o cargo de Delegado da Unidade está em suas etapas finais, uma vez que a lista tríplice dos candidatos já foi submetida à apreciação pelo Gabinete da RFB.

2. TEMAS RELACIONADOS COM TODOS OS ENVOLVIDOS

- **Desafios enfrentados, ao longo do ano, pela RFB, pelos órgãos anuentes e pelos intervenientes: importadores, exportadores, recintos alfandegados e despachantes aduaneiros**

Após os agradecimentos pelo comparecimento à 13ª reunião da COLFAC – ALF/SPO, o Sr. Pedro Antônio de Andrade, auditor-fiscal, chefe do Serviço de Despacho Aduaneiro (SEAD), citando a atipicidade do ano, esclareceu a importância de que todos os envolvidos no processo de comércio exterior apresentassem suas considerações e impressões sobre os impactos da pandemia em seus respectivos processos de trabalho. Pontuou-se que, não obstante as dificuldades enfrentadas pela RFB no período, avanços foram obtidos, tais como:

1. **Implantação do Sistema CONFERE:** o sistema foi implantado na Unidade mesmo sob as diversas restrições impostas pela pandemia. Os testes, simulações, reuniões e treinamentos foram, quando possíveis, realizados remotamente. Como os servidores atuantes nos recintos e seus funcionários mantiveram-se em trabalho presencial, os treinamentos mais completos e o desenvolvimento de novas habilidades exigidas pelo sistema (há cargas cujas verificações, por exemplo, são bastante complexas) puderam ser concluídos. No futuro, vislumbra-se um processo de trabalho híbrido, com a maioria das verificações remotas, mas algumas físicas, devido às características de determinada carga. Gradualmente, evidenciando o empenho e o incentivo da Unidade, mais recintos têm aderido ao sistema.
2. **Projeto de Regionalização:** ainda que com ajustes, a regionalização prossegue, inicialmente, para casos que não demandem conhecimento de carga. A Unidade já absorveu os espaços de Piracicaba para o tratamento, por exemplo, dos regimes de nacionalização de admissão temporária, RECOF e depósito especial. Caberá ao novo Delegado da ALF/SPO a

modulação da intensidade da regionalização para mitigar alguns impactos verificados, a exemplo dos passivos de processos mantidos sob o código da unidade de origem e que não podem ser tratados pela unidade de destino.

O Sr. Pedro Antônio de Andrade explicitou, também, como grande desafio da RFB durante a pandemia, a elaboração de roteiros (já integrados inclusive aos manuais de importação) para a uniformização de procedimentos/entendimentos relativos às cargas direcionadas ao enfrentamento da COVID-19, frisando-se o inestimável apoio recebido da ANVISA e do SINDASP para tal. Dirigindo-se, enfim, aos representantes de todos os envolvidos no processo de comércio exterior, o Sr. Pedro Antônio de Andrade solicitou-lhes que compartilhassem suas observações acerca da repercussão da pandemia em suas correspondentes áreas de atuação.

Com a palavra, a Sra. Regina Terezin, representante do SINDASP, mencionando as mudanças, em geral, e as alterações de procedimentos ocorridas ao longo do ano, expôs que seus associados receberam o atendimento necessário nas unidades aduaneiras e acrescentou que a principal conquista percebida foi o rápido desenvolvimento de sistemas e procedimentos promovidos pela RFB e pelo órgãos anuentes, como a ANVISA e o VIGIAGRO, que passaram a aceitar conferências remotas e liberaram algumas cargas da necessidade de inspeção. A Sra. Regina Terezin citou, ainda, a expressiva queda nas importações de bens e insumos, em virtude, sobretudo, da retração na atividade das indústrias, as quais lidam, agora, tristemente com um profundo desabastecimento de matérias-primas. A despeito de todos os obstáculos, parabenizaram-se as unidades aduaneiras da RFB, os recintos e os órgãos anuentes por sua ação e empenho na notável agilidade nos procedimentos atinentes ao despacho e por garantirem uma atuação segura dos despachantes aduaneiros. Finalizando sua intervenção, a Sra. Regina Terezin desejou saúde a todos, além do pronto restabelecimento da economia nacional, e agradeceu à ALF/SPO pelo atendimento ininterrupto prestado nesse período e por ter mantido a realização de sua COLFAC, mesmo quando houve a suspensão temporária do CONFAC.

O Sr. Pedro Antônio de Andrade, confirmando a queda nas importações, pontuou que, em média, houve redução de 20% na quantidade de despachos nas unidades aduaneiras, o que, pessoalmente, representou-lhe um cenário menos dramático. Explicou, também, que a ALF/SPO difere-se das demais unidades aduaneiras da 8ª Região Fiscal por apresentar elevada porcentagem de despachos em regimes especiais.

Já o Sr. Elson Isayama, representante do SINDASP, lastimando os problemas de saúde de amigos, familiares e personalidades públicas e os graves impactos econômicos provocados pela pandemia, destacou, contudo, que o ano de 2020 trouxe possibilidades de evolução tanto para a sociedade em geral quanto para as atividades de comércio exterior, como as ações promovidas pela RFB: simplificação do trânsito aduaneiro, permissão de entrega de documentos digitalizados e redução de alíquotas de importação de mercadorias para o combate

à COVID-19. Particularmente sobre a ALF/SPO, salientou-se a agilidade no despacho aduaneiro, o atendimento e o apoio oferecidos e o incentivo à realização das reuniões da COLFAC, tão úteis para as discussões de alternativas importantes ao aperfeiçoamento do fluxo do comércio exterior. Em relação ao VIGIAGRO, o Sr. Elson Isayama sublinhou os seguintes progressos: o desenvolvimento da gestão de riscos do órgão para permitir o deferimento automático de algumas importações; a implementação do módulo de Licenças, Permissões, Certificados e Outros Documentos (LPCO), no Portal Único de Comércio Exterior (PUCOMEX), e a paulatina integração com a Declaração Única de Importação (DUIMP), ainda em fase intermediária. Quanto à ANVISA, destacou-se a postura intensamente proativa e disposição permanente em cooperar, como na suspensão da necessidade de inspeção para algumas mercadorias, no aprimoramento da gestão de riscos e nas alterações legislativas simplificadoras, que mantiveram a proteção da sociedade, mas facilitaram o fluxo de comércio. O Sr. Elson Isayama, então, parabenizou os despachantes aduaneiros, que cumpriram seus deveres profissionais na linha de frente, e fez votos para que o próximo ano seja de esperança e recuperação em todas as áreas.

O Sr. Marcos Farneze, presidente do SINDASP, por sua vez, agradeceu aos órgãos anuentes pelo apoio e à RFB pelos convites para participar das reuniões das COLFAC de todas as unidades aduaneiras do estado de São Paulo, as quais lhe permitem repassar aos seus associados os principais entraves e suas soluções nas questões referentes ao comércio exterior.

Representando a ANVISA, a Sra. Carina Mayumi Yamashita Oura explicou que as ações da sua unidade, diante dos desafios da pandemia, dividiram-se, sobretudo, entre as atividades relacionadas à infraestrutura aeroportuária/portuária e à área de comércio exterior. Devido à significativa carência de servidores, principalmente por muitos se enquadrarem nos grupos de risco, repensaram-se, por iniciativa própria da unidade, alguns procedimentos, a exemplo da dispensa de inspeções para determinados casos, como o de produtos controlados. Percebeu-se, ainda, principalmente nos meses iniciais das restrições globais de mobilidade, uma acentuada redução na movimentação nos aeroportos, os quais recebiam, praticamente, voos dedicados ao transporte de cargas, até mesmo com o uso de aeronaves de passageiros adaptadas para tal. Atualmente, contudo, o órgão prepara-se para o aumento dos voos comerciais com a consequente necessidade de se ampliarem as medidas sanitárias e as fiscalizações referentes ao fluxo de passageiros. Ademais, planeja-se a retomada, também, das inspeções represadas ao longo dos meses mais críticos, notadamente as de internacionalização e as de certificação de boas práticas. Relatou-se, ainda, que o Sistema CONFERE para utilização pelo órgão já está em fase de testes, dada a premência por inspeções remotas, nos Correios e nos recintos, no momento atual. Em conclusão, resumiu-se que o principal aprendizado nesse período foi equacionar a demanda e o efetivo funcional para que a impossibilidade de inspeções físicas não comprometesse o enfrentamento da COVID-19 nem o comércio exterior, em geral.

Em seguida, o Sr. Hilder Carlos Noroes Rolim, representante do VIGIAGRO, ponderou que, somando-se às dificuldades normais do órgão, como a carência de servidores e recursos, a pandemia impôs novos desafios relativos à automatização e à digitalização e enumerou os principais avanços obtidos em 2020: (1) ampliação do módulo LPCO no PUCOMEX (contemplando as exportações de produtos de origem animal comestíveis, as exportações de produtos de origem vegetal e algumas importações que tenham intervenção da área vegetal); (2) aprimoramento da gestão de risco (impulsionado pelas restrições de contato físico), (3) implementação do Sistema CONFERE – Agro na unidade do Porto de Santos (com possibilidade de os servidores inspecionarem remotamente em *home office*), (4) a digitalização dos processos e (5) o desenvolvimento de novas formas de reunir e contatar os servidores (por meio do uso de ferramentas, como *Microsoft Teams*, *Google Meet*, *Zoom*, *WhatsApp* etc.). Agradecendo a todos, o Sr. Hilder Carlos Noroes Rolim enfatizou que a superação dos obstáculos só foi possível devido à sinergia entre cada um dos envolvidos no comércio exterior.

O Sr. Pedro Antônio de Andrade, em função do relato do representante do VIGIAGRO, observou que a digitalização de documentos e processos foi, realmente, essencial para permitir a prestação adequada dos serviços durante a pandemia, a qual, inclusive, persiste.

Como representante dos recintos alfandegados sob jurisdição da ALF/SPO, o Sr. Cássio Marques Filho, diretor do Clia EMBRAGEN, revelou o grande desconforto e receio provocados pela decretação da pandemia, que só foram aplacados graças às atuações, medidas e inovações desenvolvidas por todos os envolvidos nas operações de comércio exterior. No início, por exemplo, havia problemas até para entregar as cargas, pois se dava entrada nas mercadorias nos recintos, mas não se tinha para onde levá-las devido à suspensão das atividades econômicas, gerando temores em relação à possibilidade de se considerá-las em situação de abandono. Ao final, contudo, todos foram se adaptando, os importadores começaram a nacionalizar gradualmente as cargas e a RFB, com os órgãos anuentes, prestou a assistência necessária, mantendo, inclusive, a integralidade do trabalho presencial nos recintos sob sua jurisdição. Embora tenha havido reflexos negativos marcantes para a economia, o concerto entre a RFB, transportadores, depositários, órgãos anuentes e operadores em geral foi fundamental para atenuar a gravidade dos impactos que, inicialmente, se aventaram. Dessa forma, medidas como a simplificação do trânsito aduaneiro e a possibilidade de movimentação de cargas nos aeroportos aos finais de semana revelaram-se de extrema valia para abrandar as severas consequências econômicas que poderiam advir.

Em nome dos servidores que se mantiveram na linha de frente, desempenhando suas funções ininterruptamente nos recintos, a Sra. Denise B. M. e Castro Bastos, auditora-fiscal, supervisora do Clia Santo André, explicou que o medo e a coragem foram sentimentos, nesse ano difícil, presentes nos servidores

que, não podendo afastar-se do trabalho presencial, estiveram altamente expostos à contaminação pelo novo coronavírus, dado o contato constante com diferentes tipos de carga, objetos, folhas de papel, pessoas etc. O trabalho desenvolvido durante esse período tornou-se, além disso, mais elaborado, técnico, cansativo e complexo e somente o amor, carinho e dedicação ao trabalho foram capazes de permitir que se transpusessem tais adversidades. Agradecendo a todos os intervenientes pela cooperação, compreensão e empenho em resguardar o andamento das atividades, desejou-lhes um novo ano repleto de dias melhores.

Encerrando-se as considerações de todos os envolvidos no fluxo de comércio exterior, convidou-se o Sr. Mario Bartoletti Junior, sócio-administrador da Sisplan Software, Serviços e Consultoria Ltda. (SISPLAN) para manifestar-se brevemente sobre a demanda pelo Sistema CONFERE surgida na pandemia. O Sr. Mario Bartoletti Junior, agradecendo a confiança da Unidade no desenvolvimento do sistema, informou que o Sistema CONFERE, no presente, já está em operação em mais de 30 recintos espalhados pelo Brasil e estima-se, para o primeiro semestre de 2021, sua utilização em mais de 100 recintos. A pandemia acelerou a necessidade de inspeções remotas e, dessa forma, a adoção do sistema pela ANVISA, na unidade correspondente à área geográfica de jurisdição da ALF/SPO, avançou consideravelmente e já está na etapa de testes-pilotos. O Sr. Mario Bartoletti Junior, por fim, colocou-se, igualmente, à disposição do VIGIAGRO para a apresentação do sistema com vistas à possibilidade de sua adoção pela unidade do órgão responsável pela Região Metropolitana de São Paulo.

Encaminhamentos: Analisar a evolução das demandas provocadas pela pandemia, fortalecer a cooperação com os órgãos anuentes e os intervenientes e contribuir com as ações e iniciativas que visem à melhoria do ambiente de negócios do país e ao aperfeiçoamento da fluidez do comércio exterior.

- **Análise do cenário econômico de 2020 e suas perspectivas para 2021**

Convidado a palestrar sobre o cenário econômico nacional e global de 2020 e as tendências para 2021, o Sr. Denilson Torcate Lopes, da assessoria econômica da presidência da FIESP, agradeceu a oportunidade do encontro e, iniciando a apresentação, destacou que as expectativas para o ano de 2020 eram positivas e de aceleração econômica, depois dos últimos 3 anos (2017 a 2019) com desempenhos frustrantes, posteriores ao triênio de recessão (2014 a 2016). Contudo, a situação de pandemia, já no primeiro trimestre, frustrou as previsões e a economia sofreu as consequências de uma causa atípica (crise sanitária e de saúde pública), não derivada de razões econômicas (crises cambiais, fiscais, choque de oferta etc.), o que exigiu intensas medidas governamentais, tais como os estímulos às empresas (créditos) e às famílias (transferência de renda).

Apresentadas as projeções do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020, já sob os efeitos da pandemia, para as principais economias do mundo, verificaram-se quedas acentuadas e mais generalizadas que as havidas na Crise de 2008, cujas consequências negativas, à época, ficaram mais restritas às economias desenvolvidas, poupando-se as emergentes. Após uma fase aguda na economia brasileira (2º trimestre, principalmente), percebem-se sinais de rápida recuperação já a níveis pré-crise para alguns setores, como o industrial e o comercial varejista, feita a exceção para o setor de serviços, que ainda apresenta lento ritmo de retomada. O PIB brasileiro, por exemplo, cresceu aproximadamente 8% no 3º trimestre, ainda que sob uma base anterior de severa contração, e deve prosseguir em expansão, como já sinaliza a normalização da produção do relevante setor automotivo.

As medidas econômicas adotadas pelo governo brasileiro foram fundamentais para o enfrentamento da crise, a saber: R\$ 142 bilhões destinados a diferentes linhas de crédito, R\$ 267,9 bilhões direcionados para o auxílio emergencial e 9,8 milhões de trabalhadores contemplados por programas emergenciais de manutenção de emprego e renda. O impulso fiscal implementado pelo país, portanto, foi decisivo para a rápida reação da economia, principalmente o auxílio emergencial, que evitou uma queda acentuada da massa salarial (1,1% do crescimento previsto para o PIB brasileiro é devido exclusivamente ao auxílio).

Quanto ao mercado de trabalho, estima-se que os programas emergenciais de manutenção de emprego e renda preservaram 2 milhões de postos de trabalho e, já a partir de julho, iniciou-se uma importante recuperação das contratações. Em outubro, por exemplo, foram criadas quase 400 mil vagas com carteira assinada. A taxa de desemprego (14,8% em setembro) não atingiu níveis extremamente altos, pois 9,4 milhões de pessoas em idade produtiva saíram do mercado de trabalho, ou seja, não estão procurando trabalho por múltiplas razões, como o desalento e o empreendedorismo. Em relação à inflação, verificam-se os preços bastante pressionados. O IGP-M já registra alta de 24,3% nos últimos 12 meses, sobretudo devido ao aumento nos preços dos produtos agrícolas, já o IPCA nos últimos 12 meses, índice oficial utilizado pelo Banco Central nas metas de inflação, também impactado pelo do preço dos alimentos, apresenta alta de 4,3%. Entre as possíveis causas, citam-se: depreciação cambial e alta dos preços de algumas *commodities* (soja, trigo, açúcar, cobre, minério de ferro etc.) no mercado internacional.

Para o ano de 2021, embora as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) indiquem crescimento de 5,2% do PIB global, liderado pelos países emergentes, em especial pela China (crescimento de 8,2% do PIB), os desafios e os seus riscos associados seguem elevados, com destaque para o controle da pandemia e o grande endividamento fiscal dos países. A confiança dos empresários e a dos consumidores mostram certa reação, inclusive para o próximo ano, ainda que reticentes quanto ao fim do auxílio emergencial e à consistência da retomada do mercado de trabalho.

Não obstante a massa salarial, em 2020, ter se ampliado em 9,7%, o consumo das famílias reduziu-se em 6,3%; dessa forma, o forte aumento da massa e a concomitante retração do consumo permitiram uma expressiva acumulação de poupança (cerca de R\$ 100 bilhões) ao longo de 2020, conhecida por poupança precaucional. Com a diluição da incerteza fiscal, prevê-se que o movimento de despoupança será um fator positivo de crescimento econômico em 2021, pois o valor poupado será redirecionado para o consumo.

Quanto ao desempenho do PIB brasileiro em 2021, o mercado projeta crescimento de 3,5% (ante queda prevista de 4,4% em 2020), o Banco Mundial projeta crescimento de 3% (ante queda prevista de 5,4% em 2020) e o FMI projeta crescimento de 2,8% (ante queda prevista de 5,8% em 2020). Já os economistas da FIESP, prevendo aumento de 4% do PIB em 2021 contra uma redução de 4,5% projetada para 2020, revelam um cenário incapaz de recuperar integralmente as perdas da crise. Para o câmbio (real/dólar), que deve se manter em um patamar mais desvalorizado e fortemente dependente do cenário fiscal, as previsões do mercado são: R\$ 5,22 (em 2020), R\$ 5,10 (em 2021) e R\$ 5,00 (em 2022). Para a taxa SELIC, o mercado projeta patamares ainda historicamente baixos, a saber: 2% (em 2020), 3% (em 2021) e 4,5% (em 2022). Já para o IPCA, as previsões do mercado são: 4,21% (em 2020), 3,34% (em 2021) e 3,5% (em 2022).

A questão fiscal será relevante para a retomada econômica esperada para 2021, pois, atualmente, a situação é extremamente frágil: nesse ano, por exemplo, o déficit no resultado primário do setor público deve alcançar 10,5% e a relação entre a dívida pública e o PIB ultrapassará 90% (superando os 100% em 2024). Em 2021, também, o teto de gastos, regra que determina a limitação das despesas do Governo Federal ao valor dos gastos do ano anterior corrigido pela inflação (IPCA), apresenta prováveis riscos de ser rompido, uma vez que a rigidez orçamentária impõe, gradualmente, mais pressão sobre os gastos discricionários e mais cortes nos investimentos públicos. A manutenção do teto de gastos depende, necessariamente, de ajustes nas despesas obrigatórias, tais como: redução de salário do funcionalismo público, alterações no sistema previdenciário, extinção do abono salarial etc.

Refletindo a incerteza no cenário fiscal, os indicadores de financiamento da dívida pública mostraram piora e o mercado financeiro apresentou deterioração no preço dos ativos e maior volatilidade, como na taxa de câmbio e nas taxas de juros de longo prazo. Dessa forma, para 2021, analisam-se como fundamentais as reformas fiscais para a sustentabilidade da recuperação econômica brasileira. Por fim, o Sr. Denilson Torcate Lopes expôs o balanço de riscos em 2021, com seus vetores positivos (surgimento de vacina, taxa SELIC baixa, câmbio em patamar desvalorizado, reativação da construção civil, inflação controlada e dinamismo do agronegócio) e seus vetores negativos (lenta recuperação da economia mundial, segunda onda da pandemia, elevado nível de desemprego, rompimento do teto de gastos e dívida pública elevada com trajetória incerta).

Agradecendo a explanação, o Sr. Pedro Antônio de Andrade solicitou a disponibilização do material exibido e abriu a sessão para as dúvidas dos participantes. O Sr. Jefferson Satyro, diretor do Porto Seco Agesbec, indagou acerca das reais possibilidades de aprovação da reforma tributária. O Sr. Denilson Torcate Lopes, explicou-lhe que, embora a perspectiva seja favorável mesmo com a interferência de múltiplas variáveis, a agenda de reformas depende basicamente da postura e predisposição do governo. Ressalvou-se, ainda, que momentos de crises fiscais podem ensejar propostas com elevação de carga tributária. O Sr. Elson Isayama questionou se nos estudos econômicos sobre a lenta recuperação do setor de serviços, quando comparado, por exemplo, ao setor industrial, houve a diferenciação entre os variados subsetores dentro do grupo de serviços. Informou-se-lhe que as distinções entre as diversas categorias de serviços são realizadas, uma vez que cada uma é impactada de forma particular.

Encaminhamentos: Acompanhar a evolução da situação econômica brasileira em 2020 e, principalmente, em 2021 para que se ajustem e aprimorem as ações da Unidade a fim de mitigar possíveis cenários adversos.

3. TEMAS RELACIONADOS COM O GT CONFAC

- **Implantação Nacional do Sistema CONFERE**

Dada a agilidade promovida no comércio exterior pelo Sistema CONFERE, a Sra. Regina Terezin solicitou que seja reforçada nas instâncias competentes a necessidade da implantação nacional do sistema nas unidades aduaneiras, incluindo, se possível os órgãos anuentes, principalmente ANVISA e VIGIAGRO.

Encaminhamentos: Submeter o pleito ao CONFAC para a sua apreciação.

4. ENCERRAMENTO

Concluídos os debates, o Sr. Delegado-Adjunto enfatizou, novamente, as valiosas contribuições proporcionadas pelos expositores e convidou todos os presentes para participarem da 14ª Reunião da COLFAC da Alfândega de São Paulo, cuja data de realização será divulgada oportunamente.

Por fim, não mais restando assuntos a tratar, o Sr. Delegado-Adjunto agradeceu a presença de todos os participantes, desejou-lhes saúde, com votos de excelente Ano Novo, e encerrou a 13ª Reunião da Comissão Local de Facilitação de Comércio na Alfândega de São Paulo (COLFAC – ALF/SPO).

Hector Kenzo H. Kitahara
Delegado-Adjunto da ALF/SPO

Pedro Antônio de Andrade
Chefe do SEDAD da ALF/SPO

Carina Mayumi Y. Oura
Representante da ANVISA

Hilder Carlos Noroes Rolim
Representante do VIGIAGRO

ANEXO – PARTICIPANTES

Em virtude da pandemia do novo coronavírus, a 13^a Reunião da COLFAC da Alfândega de São Paulo foi realizada pela plataforma virtual *Microsoft Teams* e, desse modo, relacionam-se apenas os órgãos, empresas e entidades participantes.

Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo (ALF/SPO)

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Vigilância Agropecuária Internacional (VIGIAGRO)

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP)

Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de São Paulo (SINDASP)

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (FecomercioSP)

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

Associação Brasileira dos Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros (Abclia)

Armazéns Gerais e Entrepósitos São Bernardo do Campo SA (Agesbec)

CNAGA – Armazéns Gerais Alfandegados Ltda.

Cragea – Companhia Regional de Armazéns Gerais e Entrepósitos Aduaneiros

Embragen Empresa Brasileira de Armazéns Gerais e Entrepósitos Ltda.

Multilog Brasil S.A.

Lachmann Terminais Ltda.

Wilson, Sons Logística Ltda.

Aurora Terminais e Serviços Ltda.

Universal Armazéns Gerais e Alfandegados Ltda.

Brado Logística S.A.

Sisplan Software, Serviços e Consultoria Ltda.